

ATA NÚMERO 23/XIII/1.ª SL

Aos 13 dias do mês de abril de 2016, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência da Confederação do Desporto de Portugal para apresentação das questões mais prementes relacionadas com a atividade desportiva;
2. Informações;
3. Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores;
4. Fixação de metodologia para discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 143/XIII \(PS\)](#) - *Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional*;
5. Apresentação e votação da proposta apresentada pelo PSD para a constituição de um grupo de trabalho para abordar as matérias relativas ao Mercado Único Digital;
6. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para a audição do Senhor Ministro da Cultura, do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da Diretora do Jornal Público, na sequência das afirmações proferidas pelo Senhor Ministro da Cultura;
7. Outros assuntos.

1. Audiência da Confederação do Desporto de Portugal para apresentação das questões mais prementes relacionadas com a atividade desportiva (11h30);

Os representantes da Confederação do Desporto de Portugal (CDP) agradeceram a concessão da audiência e referiram-se à importância do desporto, lamentando que nem sempre tenha o reconhecimento, nem o financiamento devido.

Realçaram o papel desempenhado pelos clubes, ao nível do acolhimento e do desenvolvimento das atividades físicas destinadas a crianças e jovens, e referiram-se à Conta Satélite, para sublinharem a importante contribuição do desporto para o desenvolvimento da nossa economia.

Fizeram ainda alusão aos Jogos Santa Casa, pelo grande contributo para o apoio à prática desportiva, e destacaram a importância da Carta Desportiva Nacional, cuja atualização deveria ser mais regular.

Consideraram ainda que matérias como o mecenato desportivo e o enquadramento fiscal do desporto exigem uma análise mais profunda e um tratamento mais favorável e sublinharam a

relevância do voluntariado, sendo que entre 2010 e 2012, estiveram envolvidos na área do desporto, cerca de 40 000 voluntários.

Terminaram, lamentando que a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto se encontre, atualmente, integrada no Ministério da Educação, cujas áreas exigem bastante mais atenção que o desporto.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), António Cardoso (PS), Luís Monteiro (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que agradeceram a exposição e colocaram algumas questões.

Em resposta, os representantes da CDP mencionaram que, na sequência do anúncio, pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, do lançamento de um plano integrado para o desporto português, decidiram organizar um conjunto de tertúlias, em que pretendem auscultar as federações relativamente a um conjunto de matérias.

Afirmaram que o desporto escolar tem evoluído muito, nos últimos anos, e referiram-se ainda à dificuldade de conciliação entre as atividades desportivas e académicas dos atletas, defendendo a facilitação de horários, mas apenas no que concerne às carreiras duais.

Afirmaram que os Jogos da CPLP estão em preparação, devendo a delegação portuguesa integrar 117 pessoas, e sublinharam a importância da Gala do Desporto, por permitir distinguir figuras com elevado mérito, sendo que muitas delas nunca tiveram qualquer reconhecimento público. Em relação ao Tribunal Arbitral do Desporto, consideram que eventuais dificuldades resultam do facto de estar agora a dar os primeiros passos.

A Senhora Presidente da Comissão agradeceu ainda disponibilidade do Senhor Presidente da CDP para participar, como orador, na Conferência que a Comissão vai realizar no dia 19 de abril e perguntou ainda se o acesso ao gabinete do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto se encontra dificultado, pelo facto de pertencer ao Ministério da Educação e, se sim, de que forma.

O Senhor Presidente da Confederação esclareceu que nunca se verificaram dificuldades, mas que o facto de a Secretaria de Estado se encontrar num espaço físico autónomo, como acontecia anteriormente, facilitava o contacto e o acesso das federações.

Terminou, endereçando um convite aos Senhores Deputados da Comissão para participarem num seminário, no âmbito do projeto SCORE, que vai ter lugar em Setúbal, no próximo mês de junho e cujo convite enviarão posteriormente.

A documentação da audiência, incluindo as gravações áudio e vídeo, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

2. Informações;

2.1. A Senhora Presidente informou que baixaram à Comissão as iniciativas legislativas abaixo, relativamente às quais foi consensualizado o seguinte:

- Projeto de Resolução n.º 207/XIII (PCP) - *Recomenda ao Governo a recuperação, salvaguarda e divulgação pública do arquivo e espólio histórico da RTP-Madeira e do Posto Emissor do Funchal*. O PCP transmitiu que informaria posteriormente se pretende a discussão na Comissão ou no Plenário.

- Projeto de Resolução n.º 229/XIII (PSD) - *Recomenda ao Governo que tome medidas de incentivo ao desenvolvimento do desporto universitário*. O PSD solicitou a discussão no Plenário.
- Projeto de Lei n.º 124/XIII (PCP) - *Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos* e Projeto de Lei n.º 151/XIII (BE) - *Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*, que baixaram à Comissão, sem votação, por um período de 60 e 30 dias, respetivamente.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) propôs que a apreciação destas iniciativas pudesse ser levada a cabo pelo Grupo de Trabalho do Mercado Único Digital, caso viesse a ser aprovada a proposta apresentada pelo PSD, no sentido da sua constituição

Após as intervenções dos Senhores Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP), que consideraram que estas matérias não são exatamente coincidentes com as matérias a tratar pelo Grupo de Trabalho, e ainda do Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que disse não se opor a que o GT discuta estas matérias, foi acordado adiar, por uma semana, a deliberação sobre as diligências a tomar.

- 2.2. Relativamente à Conferência sobre a Televisão Digital Terrestre, a Senhora Presidente recordou que foi distribuída a proposta consensualizada na anterior reunião, com a inclusão das propostas de oradores apresentadas pelos Grupos Parlamentares do BE e do PS, tendo solicitado aos Senhores Deputados a indicação de outros oradores, se for esse o entendimento, para que o programa possa ficar fechado na reunião de Mesa e Coordenadores, a ter lugar na semana seguinte.

Transmitiu ainda que, estando ocupada a Sala do Senado, a Conferência terá lugar no auditório do Novo Edifício.

- 2.3. Fez ainda referência à audição pública sobre o setor da Comunicação Social, para informar que no dia 31 de maio, tanto a Sala do Senado como o auditório do Novo Edifício se encontram pré-reservados, durante todo o dia, pelo que há necessidade de escolher uma nova data.
- 2.4. Transmitiu que foi recebido um pedido de audiência de diversas entidades (FEVIP – Associação Portuguesa de Defesa de Obras Audiovisuais, GEDIPE – Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, AUDIOGEST – Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos e AFP- Associação Fonográfica Portuguesa), sobre o Projeto de Lei n.º 124/XIII (PCP) - *Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos*.

Foi acordado que este pedido de audiência será tido em consideração no momento em que for definida a metodologia de trabalho para a apreciação da referida iniciativa em Comissão.

- 2.5. Por último, a Senhora Presidente informou que a Associação Portuguesa de Imprensa dirigiu ao Senhor Presidente da Assembleia da República um pedido de cedência de espaço para a realização, no dia 3 de maio, de uma conferência sobre a liberdade de imprensa, por se celebrar, nessa data, o Dia Mundial da

Liberdade de Imprensa, tendo o Gabinete do Senhor Presidente solicitado um parecer da Comissão sobre a relevância e o enquadramento desta iniciativa.

Nesta sequência, a Comissão considerou não existir qualquer inconveniente relativamente à realização desta iniciativa na Assembleia da República, caso exista disponibilidade para tal.

3. Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores;

A ata relativa à reunião da Comissão de 5 de abril e a ata da reunião de Mesa e Coordenadores da mesma data foram aprovadas por unanimidade.

4. Fixação de metodologia para discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 143/XIII \(PS\)](#) - Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional.

Por sugestão da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS), foi fixado o prazo de uma semana para o envio de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares, pelo que as mesmas deverão ser entregues até ao dia 20 de abril.

5. Apresentação e votação da proposta apresentada pelo PSD para a constituição de um grupo de trabalho para abordar as matérias relativas ao Mercado Único Digital;

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou a proposta, a que se seguiu a intervenção do Senhor Deputado Jorge Campos (BE), que sugeriu que se limitasse o âmbito de ação do Grupo de Trabalho, tendo em conta que a proposta é demasiado abrangente.

A Senhora Presidente da Comissão lembrou que caberá ao Grupo de Trabalho, depois de constituído, apresentar o âmbito e o seu plano de ação à Comissão.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) alertou para a necessidade de evitar a proliferação de grupos de trabalho, tendo em conta a dificuldade de os Grupos Parlamentares mais pequenos assegurarem o acompanhamento dos mesmos, e sugeriu que fosse ponderado o âmbito do GT, que deverá incidir, em particular, nas áreas da cultura.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) concordou quanto à necessidade de se delimitar o âmbito de ação do Grupo de Trabalho, lembrando que o mesmo deverá ser apreciado no seio do GT e ratificado na Comissão.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, cabendo ao PS a indicação do Coordenador.

6. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para a audição do Senhor Ministro da Cultura, do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da Diretora do Jornal Público, na sequência das afirmações proferidas pelo Senhor Ministro da Cultura;

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou o requerimento, lembrando que o mesmo foi entregue num momento em que não se conhecia ainda a demissão do Senhor Ministro da Cultura. Acrescentou que, ainda assim, o mesmo se mantinha pertinente, tendo em conta que está em causa o princípio da liberdade de expressão e o dever de escrutínio por parte da Assembleia da República.

A Senhora Presidente recordou que se encontra agendada uma audição pública sobre o setor da comunicação social e referiu que o requerimento deverá estar ultrapassado, por força das circunstâncias.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse compreender a apresentação do requerimento, no momento em que o mesmo foi entregue, entendendo que carece agora de pertinência.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) afirmou que o BE defende a liberdade de expressão, mas entende que o requerimento já não faz sentido, existindo uma nova equipa e muitas matérias mais importantes para discutir.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) afirmou que, pretendendo o PSD manter o requerimento, o mesmo deverá ser votado.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou que o requerimento se encontra ultrapassado pelo rumo dos acontecimentos, entendendo que importa agora discutir o essencial, que é a política cultural.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu as várias intervenções e reafirmou que se mantém o princípio subjacente à apresentação do requerimento e que diz respeito à liberdade de expressão, que foi fortemente atentada por quem tutelava a área da comunicação social, ao ponto de levar o Senhor Primeiro Ministro a pedir desculpa. Lembrou ainda que, no momento em que o ex-Ministro Miguel Relvas saiu do Governo, a oposição insistiu para que viesse ao Parlamento prestar esclarecimentos.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse concordar com o PSD, considerando também inaceitável a interferência do Governo em relação a qualquer tipo de expressão, mas considerou que o requerimento não faz jus a este princípio e que a polémica está ultrapassada.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, BE e PCP, o voto favorável do PSD e a abstenção do CDS-PP.

7. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de abril 2016

A PRESIDENTE

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Edite Estrela
Firmino Pereira
Gabriela Canavilhas
Helga Correia
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Emídio Guerreiro
Joel Sá
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Ricardo Leão
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Diogo Leão
Susana Lamas